

TRABALHO, AFETO E CULTURA: UMA LEITURA SOCIOLÓGICA DA OBRA *A HORA DOS RUMINANTES*, DE JOSÉ J. VEIGA

WORK, AFFECTION AND CULTURE: A SOCIOLOGICAL READING OF THE WORK OF JOSÉ J. VEIGA

Leila Dias Pereira do Amaral **1**

Resumo: Observando a obra de José J. Veiga, “A hora dos ruminantes” especificamente, pretende-se neste estudo compreender a relação entre trabalho, afeto e cultura por meio dos conceitos de “estabelecidos” e outsiders de Norbert Elias. Para tanto, resgata-se a relação do autor com seu contexto, bem como a tentativa dos seus críticos em enquadrá-lo em um gênero literário, o fantástico. Busca-se, também, destacar os aspectos sociológicos retratados em “A hora dos ruminantes”, tais como a rejeição e o estranhamento frente ao processo de modernização e seus impactos nas relações sociais em contextos em que predominam relações tradicionais de socialização.

Palavras-chave: Trabalho; afeto; cultura; literatura.

Abstract: Observing the work of José J. Veiga, “A hora dos ruminantes” specifically, this study intends to understand the relationship between work, affection and culture through the concepts of established and outsiders of Norbert Elias. To do so, it rescues the relation of the author with its context, as well as the attempt of its critics in framing it in a literary genre, the fantastic one. It also seeks to highlight the sociological aspects portrayed in “A hora dos ruminantes”, such as rejection and strangeness against to the modernization process and its impacts on social relations in contexts where traditional relationships of social relations predominate.

Keywords: Work; affection; culture; literature.

Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás **1**
– UFG – com ênfase em Sociologia da Cultura e projeto de pesquisa intitulado
“Representações da mulher em Lima Barreto”. Mestrado em Sociologia,
também pela UFG, tendo por tema de estudo a obra literária “A hora dos
ruminantes” de José J. Veiga. Doutorado em Sociologia pela Universidade de
Brasília – UnB – ainda na área de sociologia da cultura, mas com estudo sobre
o patrimônio imaterial, intitulado “O Anjo da Meia Noite e as Vesperatas em
Diamantina: tensões na produção de uma manifestação cultural”. Pós-doutora
em Sociologia na Universidade da Beira Interior – UBI – com projeto intitulado
“Manifestações culturais e patrimônio intangível: um estudo comparativo
entre Brasil e Portugal”. E-mail: ldp_amaral@hotmail.com

A proposta

A Literatura é, a nosso ver, uma expressão cultural. E mais, um conhecimento de sintonia fina sobre o mundo, que não se atém a mensurar, a circunscrever as coisas, os seres e os entes do mundo, mas a ocultar/revelar os seus relevos e profundidades, as suas existências, os seus extravios, as suas paixões, a sua beleza, os seus sentidos. Enfim, um conhecimento de sintonia fina revela o detalhe a mais que o dado histórico, absolutizado, permitiu que se perdesse e, também, aqueles sentidos que o olhar treinado do sociólogo não captou.

Assim, José J. Veiga é o homem/autor que elegeu a Literatura para expressar-se e sua obra o rico manancial, que nos oferece a oportunidade de perceber aquela sintonia fina acima delineada e interpretar os sentidos e significados sociais que a permeiam.

Muitos são esses sentidos e significados sociais que a obra de José J. Veiga desvela. Isto porque sua imaginação literária não parte de outro lugar a não ser deste em que o ser humano trava as suas lutas, constrói os seus sonhos e anseia por suas utopias; em que busca o sentido para si, para os outros, para o mundo em que vive.

O estranhamento e a rejeição às novas formas de sociação específicas da modernidade, num contexto de um modo de vida permeado por relações tradicionais, tão bem retratados naquela obra, foi o que buscamos compreender num estudo preliminar. Porém, num determinado momento deste, nossa atenção se deteve sobre a temática do trabalho e nas transformações ocorridas com este na modernidade e na contemporaneidade. A triangulação trabalho, afeto e cultura passou a ser o eixo norteador na tentativa de interpretar tais transformações e para destacar como a mesmas se apresentam na obra de José J. Veiga.

Para tanto, num primeiro momento, nosso interesse recai sobre o autor e sua obra. Aqui traçaremos o caminho histórico de ambos, numa cronologia que tem mais um caráter informativo, mas que nos permite, também, perceber o contexto de vivências do autor, bem como algumas nuances dessas vivências presentes em sua obra.

Em seguida, caracterizaremos a obra de José J. Veiga a partir das análises feitas por alguns críticos literários, especificamente, Agostinho Potenciano e Maria Luiza Laboissière. Nesse momento, buscaremos destacar, através das inferências feitas por esses críticos, a riqueza de elementos sociológicos a serem explorados: a exploração das massas, a questão do poder, as mudanças na organização do trabalho, a burocratização, o tema da invasão, o estranhamento frente ao novo e que ameaça a ordem lógica e natural, os interditos sociais, entre tantos outros. Dessa forma, poderemos nos situar em relação ao autor e seus críticos, bem como aproximarmos de nosso tema de estudo.

Num terceiro momento, faremos uma discussão sobre algumas perspectivas teóricas desenvolvidas sobre trabalho, afeto e cultura, na tentativa de visualizarmos o tema da afetividade na obra de José J. Veiga, aproximando as perspectivas da sociologia do trabalho e da cultura. Tendo como fio condutor o romance *A Hora dos Ruminantes*, buscaremos os significados sociais a que remetem esta obra na tentativa de compreender o que ela revela acerca da relação entre trabalho, afetividade e cultura, frente ao processo de modernização em Goiás e à inserção de novas formas de interação social típicas da modernidade.

Acreditamos, com esse estudo, abrir possibilidades para outras leituras da obra de José J. Veiga pois, a nosso ver, os sentidos que advém das interpretações da obra literária permanecem em suspenso, plurívocos, irredutíveis, dependentes de uma complexa teia de relações que se busca apreender e compreender. Eis a sabedoria da Literatura: se revelar através da inumerável riqueza da realidade humana e não pelos caminhos limitados de conceitos fechados em si mesmos.

O autor

José J. Veiga nasceu em 2 de janeiro de 1915, numa pequena fazenda situada na divisa dos municípios de Pirenópolis e Corumbá e faleceu em outubro de 1999, no Rio de Janeiro. Viveu sua infância nessas duas pequenas cidades. Brincava num quintal imenso, onde até criavam dois cavalos; passeava pelos arredores, indo a chácaras de parentes e à fazenda do avô materno. Nessas vivências da infância está o campo da experiência de onde parte a imaginação do escritor de *Os Cavalinhos de Platiplanto*.

Embora o pai não fosse afeito a livros e à leitura, a mãe foi referência no interesse do autor

pela palavra escrita. Lia com gosto, desde uma Antologia de Poesias Portuguesas, livro que a mãe recebera de presente, até os almanaques de propaganda de remédios. Suas professoras também incentivaram o escritor com jogos, brinquedos e teatro (POTENCIANO, 1990).

Durante a primeira década de vida de José J. Veiga, o interior goiano viu chegar o primeiro automóvel no Estado (1918), o primeiro colégio dos padres em Bonfim (década de 20), as estações pontas-de-linha da Estrada de Ferro Goyaz (Pires do Rio, 1922) e as primeiras pequenas usinas hidrelétricas – marcas do progresso que invadia o sertão goiano, tão bem retratadas em sua obra.

Após a morte da mãe, Veiga vai para Goiás (então capital) morar com os tios, família instruída, numa chácara próxima da cidade. Conclui estudos no Liceu e passa boa parte de seu tempo nas bibliotecas pública e dos frades dominicanos. Aos vinte anos, segue o conselho de um amigo e parte para o Rio de Janeiro, onde começa um novo período em sua vida, trabalhando na Rádio Guanabara e ingressando na Faculdade Nacional de Direito onde se forma em 1943. A experiência na Rádio Guanabara o anima a inscrever-se num concurso para a BBC de Londres. Aos 30 anos, Veiga se vê naquela cidade européia com uma vida cultural intensa. Assistia a debates com intelectuais, artistas e políticos sobre temas do momento. Foram cinco anos de leitura, de idéias e de discussões.

Em 1950 volta ao Brasil e ingressa no jornal *A Tribuna da Imprensa* como redator chefe. No ano seguinte, assume o lugar de Antonio Callado na revista *Seleções do Reader's Digest*, o que o leva a aprimorar o ato de escrever que já praticara na juventude. Nesse tempo, a rotina comum o alcança. Não que isso fosse ruim – de dia, o trabalho em *Seleções*, à noite, passeios com a mulher Clérida, papo com amigos - mas era preciso fazer algo mais expressivo.

Cavalinhos de Platiplanto marca a estréia na literatura em 1959, ao ganhar o segundo lugar do Concurso Monteiro Lobato e o primeiro lugar do prêmio Fábio Prado. Trata-se de uma obra que retrata as memórias de infância do autor.

Logo em seguida vem *A Hora dos Ruminantes*, iniciada em 1961, no dia da renúncia de Jânio Quadros, e editada em 1966. Muitas leituras são feitas dessa obra relacionando-a ao momento político da ditadura militar. No entanto, segundo Potenciano (1990), sua escrita vai além de uma tradução direta de fatos e acontecimentos e possibilita diversas leituras além dos anos de chumbo.

A universalidade dos temas de que trata a obra veigueana permite as mais variadas leituras. No caso de *A Hora dos Ruminantes*, a dominação/subjugação é o tema recorrente e, por se tratar de um tema universal, pode se prestar à leitura do regime militar, bem como a outras situações de opressão.

Ainda segundo Potenciano (1990), J. Veiga elabora sua linguagem, evita lugares comuns e foge dos exageros até deixar a frase limpa, tão simples que se aproxima da fala comum do cotidiano. Com receio de não corresponder à crítica favorável ao romance *A Hora dos Ruminantes*, Veiga escreve contos que depois seriam reunidos em *A Estranha Máquina Extraviada* (1968).

Na década de 70, José J. Veiga revê o lugar em que nascera e emociona-se com a paisagem que inspirara seus contos infantis, presentes em *Cavalinhos de Platiplanto*. É um período de descanso no qual, com disciplina, vai para os parques do Passeio Público diariamente até ficar pronta a primeira versão de *Sombras de Reis Barbudos*. Em 1976 é a vez da novela *Pecados da Tribo*, livro que ganhou o *Pen Clube do Brasil* no mesmo ano. Sua imaginação aqui, para Potenciano (1990), está mais arrojada: o poder é tirado dos homens e assumido por um bicho, o *uiua*. O contexto não estava muito diferente, pois a opressão ainda é o tema dominante para o escritor situado no seu tempo.

Essas obras são vistas como parte de um “ciclo sombrio” que tem seu término em 1982 com a publicação de *Aquele Mundo de Vasabarro*, história de um reino “fora do mundo” que tem muito a ver com este mundo preso a sistemas de tirania – os interditos sociais. *De Jogos e Festas* (1980) foi uma tentativa de sair do ciclo sombrio, mas acabou retratando temas não muito distantes dos já tratados nas obras anteriores. No mesmo ano, a Editora Comunicação, de Belo Horizonte, publica o livro infanto-juvenil *O Professor Burrim e as Quatro Calamidades* retratando a vida de professor de uma maneira realista e singela.

Em *Torvelinho Dia e Noite* (1985), fugindo da atmosfera pesada de *Vasabarro*, *da Tribo* e *Manarairema*, na ânsia de abordar um ambiente ainda marcado pelo insólito, mas distante da opressão sufocante, Veiga conta uma história de nossos dias, com um otimismo desconfiado, em

uma linguagem urbana comum, permeada por sustos e boas surpresas.

A casca da Serpente (1989) é a retomada de *Os Sertões* de Euclides da Cunha, caracterizando-se como uma nova vertente da nossa Literatura, a do novo romance histórico que teria, segundo Potenciano, em Ana Miranda o principal expoente. Em 1992 é a vez do romance *O Risonho Cavalado do Príncipe* cuja história aparentemente simplória revela um conteúdo crítico sobre o qual o próprio Veiga se expressa,

Tenho um livro, chamado *O Risonho Cavalado do Príncipe*, em que há um reino, onde o príncipe tem um cavalo. Esse cavalo tem uma percepção especial para conversa fiada, lero-lero, nhém-nhém-nhém. Então, iam delegações estrangeiras pedir empréstimo, com conversas fantásticas, e o cavalo sorria. Quando o cavalo sorria, o príncipe já ficava sabendo do que se tratava. Essa é uma história que se aplica bem ao caso de Fernando Henrique (J. Veiga em entrevista ao Jornal Opção em 1996).

Seu retorno ao conto, segundo Comitti (1998), se faz de forma magistral, em um volume em que cada conto, contido e denso, faz o insólito saltar da banalidade. Veiga retornou ao que sempre fez de melhor: a narrativa curta, enxuta, capaz de buscar o inesperado no elemento temático desgastado ou na situação social demasiadamente repetitiva. A publicação de *Objetos Turbulentos* (1997) é quase uma homenagem a seu grande amigo João Guimarães Rosa. Ainda segundo esse crítico, trata-se de uma exaltação àquele tom de antigos diálogos intelectuais perdidos, daqueles diálogos que impulsionam o projeto artístico de um novo escritor, oferecendo generosamente o impulso inicial que a timidez muitas vezes esconde. Antes, porém, dessa volta triunfal ao conto, temos o último romance de José J. Veiga *O Relógio Belisário*, publicado em 1995.

Após essa breve contextualização, caracterizaremos a obra de José J. Veiga sob a ótica de alguns estudiosos para, em seguida, nos situarmos em seu universo.

O autor e os críticos

Potenciano (1990) define Veiga como um escritor que tem uma “consciência dilacerada do subdesenvolvimento e do advento do desenvolvimento” (POTENCIANO, 1990, p. 20). Em sua análise destaca, em primeiro lugar, a questão do regionalismo na obra veigueana, colocada pelos críticos que, ora o sustentam como um tradutor fiel da goianidade, ora como um escritor que traduz o universal. Veiga, afirma este crítico, nunca abandona os elementos de goianidade. Ele confessa que Corumbá e Pirenópolis são as cidadezinhas de que fala em seus livros. Utiliza como pano de fundo para a sua obra a paisagem goiana, distanciando-se, porém, do regionalismo, por processos de construção inventiva, que discutiremos mais adiante.

Ele se utiliza, segundo Potenciano (1990), desses elementos de goianidade, costumes e linguagens locais, mas num plano mais de invenção que de observação e retrato. Daí que, a paisagem rural ou de pequena cidade em seus livros transfigura-se e poderia ser de outras regiões brasileiras, ou até universais. Veiga explica porque prefere os pequenos universos:

Talvez porque eu entenda melhor o mundo semi-urbano, as sociedades pequenas, menos complexas. Embora tenha vivido em grandes centros, neles sempre me senti como um estranho. Sinto-me bem no interior do Brasil, porque esse mundo eu amanso melhor. (...) Não há muita diferença entre o interior do Pará e o interior de Minas, ou da Bahia. (...) O homem do interior poderia estar na Groelândia, pois não se fizeram homens diferentes para habitar a Terra. Os problemas existenciais são os mesmos (apud notas de POTENCIANO, 1990, p. 51).

O espaço privilegiado pelo autor para narrar suas indagações acerca do destino do homem oprimido por violências de diferentes tipos de poder é o meio rural, os pequenos povoados. Desvia-se, portanto, de uma tendência de buscar no meio urbano uma forma de superar o

regional, uma das tentativas da literatura contemporânea no Brasil. Evitando o conto de inspiração urbana, expresso em moldes realistas, José J. Veiga explora o conflito de culturas na sociedade rural, quando, os avanços técnicos, tidos como elementos de civilização, são recebidos como algo estranho e misterioso. Isso fica bem claro em *A usina atrás do morro*, *A máquina extraviada* e *A hora dos ruminantes*. Nessas obras o encontro com o progresso é problematizado. É nesse conflito de culturas, segundo Potenciano (1990), que podemos ler a relação do homem com esse progresso, num processo de conhecimento desconfiado e resistente, com as exigências do mundo administrado, que carrega consigo novas relações de trabalho e de opressão.

No entanto, os signos da destruição das relações tradicionais são escolhidos, segundo o crítico, além da simples oposição urbano x rural. Há uma

[...] preocupação mais ampla que o conflito entre cultura rural e cultura urbana, porque dá a esta um caráter de poder massacrante, fiscalizador, capaz de estender muros por todas as ruas do lugarejo, ou, então, de ocupar todos os espaços de ir-e-vir, com cachorros em avalanche, ou manadas inquietas de bois (POTENCIANO,1990, p.30).

A Hora dos Ruminantes e *Sombras de Reis Barbudos* demonstram bem essa preocupação. O tema da invasão é recorrente na obra veigueana e nele se vê, segundo Potenciano,

[...] a inquietude pessoal e coletiva, diante de um tipo de peste que assola o espaço da gente de bem, que vivia sossegada, e, de repente, se vê às voltas com um novo sistema, ao qual seu conhecimento não tem acesso. O invasor, em dados momentos, é representado simbolicamente por cachorros e bois ou por estrangeiros que vêm construir uma usina, ora recebe o nome de Companhia de Melhoramentos. O intruso chega com promessas de emprego, ordenados e melhorias, porém torna a vida dos cidadãos insuportável, fechada, *hora mortis* (POTENCIANO,1990, p.30)

Outra temática surge da análise desse conflito de culturas: a da rejeição da modernidade tecnológica acompanhada de uma administração desagregadora da estrutura coletiva familiar. “Modalidades diversas de normas e fiscalizações saltam do espaço de empresas ou fábricas, para burocratizar a vida habitual dos cidadãos” (POTENCIANO,1990, p.30). É, sobretudo, dessas temáticas que se nutre a obra de José J. Veiga.

Não reconhecer traços do regionalismo goiano, segundo o crítico, não significa deixar de lado o peso regional de alguns traços de sua linguagem, mas o diferencial é a capacidade inventiva – incursão no veio insólito - que se sobrepõe a esses traços. Daí a dificuldade de identificação e ajustamento de seu estilo a rotulações tradicionais

Percebemos que é do nosso povo, do nosso meio, dos nossos problemas e do nosso modo de ser e de viver que José J. Veiga se utiliza para compor seu texto numa linguagem que muito se aproxima da linguagem cotidiana, revivendo palavras e expressões ou locuções inteiras refletidas na maneira de sentir as coisas, como afirma Almeida (1985). No entanto, seu texto difere dos textos do regionalismo goiano que têm em Hugo de Carvalho Ramos, Bernardo Élis e Carmo Bernardes seus expressivos representantes. Nestes é perceptível aquele traço fundamental do regionalismo nacional, ou seja, “a fidelidade ao meio a descrever estendendo a linha realista para a compreensão de ambientes rurais ainda virgens para a nossa ficção” (BOSI, 1995, p. 232).

Ainda segundo Bosi (1995), Veiga transcende o regional pela invenção enquanto “ato estético” e as oposições como urbano/rural, regional/universal, psicológico/social presentes no regionalismo tradicional são superadas. Há em sua obra uma evocação a um contexto familiar de costumes e cenas regionais, mas que, através de um modo particular de narrar fantástico cria situações de estranhamento nesse contexto familiar.

As possibilidades colocadas pelos “processos de construção inventiva”, aos quais Potenciano (1990) se referiu anteriormente, fazem com que o texto veigueano ultrapasse o regional e alcance traços universais. Tais processos nada mais são que o uso do recurso ao insólito, ao fantástico que,

insere em ambientes familiares situações de profundo estranhamento. Não se trata da descrição fiel do meio no plano realista, mas sim da identificação de camadas subterrâneas do real.

O próprio Veiga afirma: “sou um homem do interior de Goiás” (Weblivros:1997). De fato é. Nasceu em Corumbá onde viveu a infância e fez as primeiras leituras do mundo, mas a sua vivência lhe deu mais experiências, mais leituras e por isso sua obra não se restringe a reproduzir uma realidade imediata. É dessa experiência que ele tira o material de suas obras, mas que, elaborado em arte, tornou-se bem mais que um retrato do interior goiano (POTENCIANO, 1990).

Em nosso ponto de vista, isto não significa dizer que os regionalistas goianos não tiveram experiências e vivências ricas, mas sim que lidaram de forma diferente na configuração estética e na criação de seus estilos. Bernardo Élis, por exemplo, narra no conto “Quadra de São José” o evento insólito de um burro que atravessa uma viga de ponte submersa por uma forte enchente e numa escuridão total. Hugo de Carvalho Ramos, da mesma forma, conta a história de um moço diabo que rouba a moça num baile na roça. No entanto, nesta “incursão no veio insólito” nos dois autores, as explicações se esgotam no sobrenatural. No estilo veigueano não. O evento novo, inesperado, imprevisível, absurdo exerce a função de revelador daquelas camadas subterrâneas do real a que nos referimos anteriormente.

Esse ponto marcante da obra veigueana, a incursão no veio insólito, segundo Potenciano (1990), se origina de uma “ruptura generalizada do pacto realista”. Citando Antonio Cândido que lança J. Veiga na linha da ficção hispano-americana que, levou para esse rumo o gosto dos autores e do público, o crítico percebe que a brasilidade da obra veigueana dá-lhe diferenças da linha do realismo mágico latino-americano, mas não descarta a possibilidade de serem encontrados traços comuns a Veiga, Cortázar, Borges, Arreola e Vargas Llosa. Todos eles se inscrevem numa linha de criação de uma “arte nascida num espaço de resistência a formas diversas de opressão, de invasões” (POTENCIANO, 1990, p. 31).

O crítico afirma ainda que é por fundir uma linguagem de expressões bem brasileiras e cotidianas e matéria de ficção que Veiga tem um jeito próprio de instaurar o curso fantástico. A forma como faz essa translação do corriqueiro para o insólito convergindo os diversos planos do real, por meio de um “deslocamento que não é uma troca ou uma fuga, e sim, desenvolvimento, retomada” é o que demarca seu estilo.

Vale ressaltar que Veiga não está preocupado em explicar o oculto e o sobrenatural. Assim como os escritores da ficção hispano-americana que, se utilizavam do recurso ao sobrenatural devido ao contexto em que viviam, ou seja, um espaço de resistência a diversas formas de opressão, ele poderia, também, ser inserido num contexto semelhante (POTENCIANO, 1990).

Por fim, esse crítico classifica a obra de J. Veiga como uma ficção plurívoca por abrir-se a muitos valores no contradomínio do texto e aponta até para um sentido de metalinguagem. Destacando o conto *A Máquina Extraviada* como exemplo, tomando-o como um texto simples, porém plurívoco: como forma narrativa, apresenta aspectos de carta, conto, anedota, fábula, apólogo; como estilo literário, delinea-se como um conto realista ou fantástico, simbólico ou alegórico. Potenciano ressalta que a denominação “fantástico” para a obra veigueana seria apropriada desde que não se tentasse a delimitação de seus traços, ou seja, seu enquadramento em um estilo “rígido”. Por isso, J. Veiga é considerado um autor que realmente renova a ficção brasileira. Conclui:

A obra de J. Veiga – em que pese a valoração crítica formal, classificadora, técnica – não deixou de ser, nessas décadas, o registro artístico-literário de um olhar crítico sobre o nosso tempo. Somente às qualidades retóricas de J. Veiga a sua sensibilidade política e social. Para essa direção, predominantemente, voltou-se o seu ângulo de visão, querendo enxergar fundo o mistério da submissão das massas à opressão dos poderosos (POTENCIANO, 1990, p. 49).

Uma outra interpretação da obra veigueana é feita por Maria Luiza Laboissière (1989) em *A Transfiguração da Realidade*. Por meio de uma leitura surrealista esta autora busca desvelar a “realidade subterrânea” que flui de forma latente nos fluxos narrativos de J. Veiga. Sua proposta é “detectar e interpretar os efeitos poéticos surreais escondidos nas entrelinhas do inter e

intratextos (...) e as transfigurações do real no decorrer do momento perceptivo do homem” (LABOISSIÈRE, 1989, p. 16).

O surrealismo seria o último movimento estético das vanguardas européias do séc. XX, idealizado e divulgado por André Breton – *Manifestos do Surrealismo* –, responsável pela crítica à tradição realista pautada na *mimesis* - imitação -, na captação fiel e passiva da realidade, e que busca incitar no homem uma nova reflexão acerca das múltiplas faces do mundo e de si mesmo. Nele o homem deve proceder à transformação do real, além de sua percepção sensível, processo que provocará sua libertação mental e conseqüentemente total. A radical transformação da realidade reclama igualmente uma nova configuração da linguagem, uma desautomatização ou descristalização que permita adentrar os mistérios de sua consciência. Assim, afirma Laboissière (1989), é a produção de significados e não mais seu resgate passivo e desinteressado que animará a nova visão do real.

A autora fala também de uma inquietação que ela denomina de “consciência surrealista” – uma consciência que quebra a ordem do mundo. A expectativa da seqüência esperada rompe-se, surgindo o universo lacunar podendo ser preenchido pelo leitor que se move porque o mundo só lhe é percebido através de um ato intensivo de imaginação estética. Ao denunciar realidades subterrâneas José J. Veiga possui uma consciência literária contemporânea na qual o homem participa no projeto de sua humanidade (LABOISSIÈRE, 1989).

A ótica surreal propicia, para a autora, a coexistência de antinomias (homem/mulher, bem/mal, natureza/cultura etc), ou seja, de elementos até então tidos como independentes e separados na realidade. Para o surrealismo, a ‘supra realidade’ auxilia a realidade no sentido de fundir o natural e o sobrenatural, o sonho e a vigília, e de obscurecer ou mesmo aniquilar as fronteiras demarcadas entre estes mundos. Enfim, o homem surreal deve conviver com a sua própria dialética e buscar interpretar o insólito à sua volta. Trata-se de perceber um real múltiplo que se desvela em real-fantástico, real-absurdo e real-maravilhoso.

Para Laboissière (1989), a obra veigueana, sob a ótica surrealista, apresenta tanto o realismo-fantástico – em *Sombras de Reis Barbudos* e *A Hora dos Ruminantes* - quanto o realismo-maravilhoso- *Aquele Mundo de Vasabarro, Pecados da Tribo e Torvelinho dia e noite*. Nestas o real se transfigura em real-maravilhoso porque as personagens possuem o interdito, habitam um mundo de fusão do real e do imaginário e encontram um outro sentido. Seria o que a autora chama de sensação de plenitude e de encantamento e que traduz a instauração do efeito poético surrealista. Naquelas, as personagens são possuídas pelo interdito e vivem angustiadas.

Com relação aos traços discursivos do fantástico a abordagem de Laboissière (1989) se assemelha à de Potenciano (1990). Ambos concordam que a obra veigueana não explica o sobrenatural, como já discutimos anteriormente. Há, no entanto, uma encenação de fenômenos ou seres inexplicáveis, ou seja, a subversão do real, mas que não se fundamenta num sobrenatural. Na verdade, trata-se do insólito ou ao que nos remete a um estranhamento. Como afirma, “o insólito rompe o equilíbrio inicial; surge o estranhamento e a realidade transfigura-se” (LABOISSIÈRE, 1989, p. 59)

Bem, as análises da obra de José J. Veiga nos revelam um autor que não se enquadra em gêneros definidos. Fantástico, surrealismo, real-maravilhoso, regionalismo, são molduras ou limites que não comportam a obra de Veiga.

O próprio Veiga discute a questão da identificação de sua obra com o fantástico:

Esse fantástico precisa ser muito pensado, estudado, porque não é tão fantástico assim. É o que acontece mesmo. Por exemplo, os medos que acompanham aquelas pessoas, aquelas crianças todas, existem muito nos lugares pequenos do interior, ao menos para as pessoas do meu tempo, da minha geração. Quando fazia frio, as crianças ouviam, ao pé do fogo na cozinha, as pessoas mais velhas contando histórias de assombração, coisas inexplicáveis que aconteciam. A gente ia dormir preocupado com aquilo. E sonhava, tinha pesadelos incríveis em função daquelas histórias que ouvia. Embora muito alegre durante o dia, com sol e tudo, a vida da gente, de noite, quando nem luz elétrica havia, era uma coisa assustadora

mesmo. Além disso, coisas incríveis como a lepra, erradicada de muitos países, acontecem ainda aqui. O desrespeito pela pessoa exercido pelos poderosos..., fantástica mesmo é a existência de sociedades que ainda toleram isso no mundo de hoje, com um pé já no novo milênio. Dizia-se que o ano dois mil seria um marco. Desde criança, ouço falar nisso, no “admirável mundo novo”. Mas, para nós, parece que estamos ainda lá atrás. Vai custar a chegar. (JOSÉ J. VEIGA em entrevista à Weblivros em 1997).

Em outra entrevista cedida ao Jornal Opção em 1996, mais uma vez Veiga se pronuncia a respeito da teimosia dos críticos em classificar a sua obra como realismo fantástico:

As palavras realismo e fantástico não casam bem: realismo é o que está aí, enquanto o fantástico é o imaginário. Essa classificação foi inventada pela crítica francesa para explicar os autores latino-americanos que estavam sendo traduzidos na França e causavam espanto nos leitores e críticos. O mundo europeu já estava todo codificado, com as coisas no seu devido lugar. Lá, tudo o que aparece já tem um precedente. É só enquadrar num esquema. Então, esses escritores latino-americanos levaram para lá um mundo completamente novo, desregulado, e isso levou os críticos franceses a chamar esse mundo de realismo, mas realismo fantástico, já que era uma realidade que escapava às suas definições (entrevista cedida ao Jornal Opção em 1996).

Não é pretensão nossa neste estudo procurar definir o estilo ou o gênero da ficção de J. Veiga, mas, procurar, através das discussões feitas por Potenciano (1990) e Laboissière (1989) destacar a riqueza de elementos sociológicos a serem explorados em sua obra. Claro que uma investigação referente à forma se faz necessária, até mesmo devido à natureza inovadora do gênero, no qual o enquadram os críticos – o fantástico – e para delimitar melhor a aproximação do tema a que nos propomos discutir.

Trabalho, afeto e cultura

Algumas perspectivas teóricas desenvolvidas sobre a triangulação trabalho, afeto e cultura, permitem a visualização do tema da afetividade na obra de José J. Veiga, aproximando-se as perspectivas da sociologia do trabalho e da cultura.

Podemos destacar como reflexão a questão da sociologia do trabalho e a maneira como esta se constitui em um patamar instrumental do trabalho. A dimensão emocional é retomada, mas ainda agregada a esse instrumental. Ela não deve ser, no entanto, uma dimensão que se agrega, mas sim algo que se constitui em um novo objeto. Essa mesma dimensão se dissolve na cultura, porém como se trabalho e cultura fossem substâncias à parte. Como resgatar o fio que se perdeu entre trabalho e cultura por conta das análises instrumentais? Através do tema do afeto, das afetividades.

Abramo (1999) afirma que a trajetória da sociologia do trabalho na América Latina sempre esteve marcada pela situação política da região. É o que a torna uma disciplina militante, no sentido do envolvimento dos atores sociais e políticos na sociedade de maneira geral. Ela destaca três períodos de desenvolvimento: o primeiro da década de 50 até final dos anos 60, em que o tema central era a modernização e as condições de emergência de uma classe trabalhadora que atendesse aos anseios daquele momento, portanto, uma sociologia do trabalho subordinada à economia do desenvolvimento; um segundo período que vai de meados dos anos 70 até o final da década de 80, no qual a polaridade democracia/ditadura passa a ser central e o que se discute é a possibilidade de reconstrução de uma classe trabalhadora e de um movimento sindical, bem como a recuperação do sujeito e, aqui vale destacar o diálogo entre a sociologia do trabalho, a ciência política e a sociologia dos movimentos sociais; por fim, uma terceira etapa que se inicia no final dos anos 80 e está em curso até o presente momento. Esta fase é marcada pelo surgimento dos novos modelos de empresa, pela crise do taylorismo/fordismo, pelos processos de ajuste estrutural

e globalização da economia. Os impactos de tudo isso sobre as situações de trabalho passa a ser o tema central da sociologia do trabalho.

Porém, a América Latina não é um espaço homogêneo no qual predominam as mesmas experiências, daí a diversidade de formas de se entender o trabalho. Na Argentina, por exemplo, a industrialização se desenvolve ao lado de um anarco-sindicalismo forte, mas que ao mesmo tempo se alia a um governo popular do peronismo. No Brasil nunca foi fortalecido um sindicalismo nacional, o que torna as relações no mundo do trabalho ainda mais inseguras.

Alguns temas passam a ser recorrentes para a sociologia do trabalho dos anos 90: a dominação da subjetividade do trabalhador no modelo japonês de produção; como se dão as mudanças nesses setores que atendem demandas internacionais; a idéia das empresas enxutas como um ambiente ágil e volátil; a idéia de rede que nos permite perceber como se dão os processos de trabalho num contexto de economia globalizada; não apenas trabalho informal mas estratégias de sobrevivência; que relações espúrias se desenvolvem para garantir tais estratégias, enfim, novos temas para os quais não cabe mais uma análise tradicional, pautada, por exemplo, nas diferenças de classe.

O que observamos nessa trajetória da sociologia do trabalho, então, é o obscurecimento do tema da afetividade em detrimento de análises instrumentais do processo de trabalho que o estudam com ênfase na tecnologia e na racionalidade técnica. Dessa forma, o trabalho aparece como negação do sentimento e o afeto é tido como um aspecto subjetivo deste, ou seja, o lugar do irracional.

Porém, estudos e pesquisas recentes têm evidenciado o papel da afetividade na compreensão dos processos de trabalho e, principalmente, a necessidade de novos olhares sobre esse fenômeno. É o caso, por exemplo, do estudo de Batista (2009) sobre o trabalho de cuidado em instituições de longa permanência. Ela destaca a precarização das afetividades no âmbito familiar quando percebe que

O cuidado dos mais velhos era parte constitutiva do processo diacrônico e sincrônico de produção das reciprocidades e solidariedades familiares. Sua precarização não significa simplesmente uma ruptura na ordem das reciprocidades e solidariedades familiares, com a desproteção dos corpos e das pessoas, isto é, que as filhas não cuidarão de seus pais, que as netas não cuidarão de seus avós, que os mais jovens da família de qualquer outro familiar, mas, ao mesmo tempo, que essas reciprocidades e solidariedades afetivas e morais alcançarão a feição de mercadoria, tendo valor econômico, tanto no espaço do íntimo quanto nas empresas e instituições entre outros que cuidam de idosos (BATISTA, 2009, p. 2).

O habitus feminino de cuidado, algo intangível, passa a ser mercantilizado nas instituições totais de cuidados de velhos e, também, nos espaços íntimos. Isso ocorre, segundo a autora, devido a uma demanda crescente de um trabalho antes invisível, posto que naturalizado no espaço da intimidade. O envelhecimento da população é um dos aspectos desta demanda. Assim, um cuidado que antes era visto como uma negação do trabalho, passa agora a ser visibilizado, de modo que três níveis de análise podem ser evidenciados: o da vinculação à moralidade; o da vinculação às normas jurídicas (trabalhistas) e o da vinculação às formas de valorização do trabalho de cuidado. A autora conclui que

A análise sócio-dinâmica dos trabalhos de cuidado nos informa que nas interações entre estabelecidos/cuidadores e outsiders/pessoas idosas, há produção de afetividades tais como a paciência, o fingimento, o medo e a infantilização da pessoa idosa. Essas afetividades se constituem em mecanismos elucidativos das relações de poder entre os grupos. De fato, o poder da cuidadora em face de um corpo fragilizado não determina seu comportamento violento. Ao contrário, esse poder desigual permite que na interação social seja produzida uma afetividade como a paciência, que revela

a moral de estabelecido da cuidadora e ao mesmo tempo, contribui para limitar as expressões de violência com relação às pessoas idosas. Do mesmo modo, o medo da cuidadora nas interações conflitivas com os (as) idosos (as) é um afeto que contribui para equilibrar os poderes entre quem cuida e quem é cuidado, podendo levar ao recuo estratégico da cuidadora (BATISTA, 2009, p. 19-20).

Essa riqueza de elementos e olhares que recaem sobre o trabalho na contemporaneidade têm se constituído em estudos reveladores sobre aspectos antes ocultos, obscurecidos por conta de uma racionalidade que excluía a afetividade como objeto de análise e compreensão dos processos de trabalho, por exemplo. Trata-se de perceber uma nova objetividade/subjetividade do trabalho, ou melhor, uma objetivação da subjetividade que põe em questão as certezas até então aceitas e discute quais certezas tem portado a questão dos afetos nas ciências sociais e em que medida elas estão calcadas em certezas últimas. Dessa forma, nos referimos a uma tentativa de gerar polissemia no léxico sociológico, na medida em que novos sentidos são descortinados.

Anteriormente falamos de uma dimensão emocional que se dissolve na cultura, *locus* em que o tema da afetividade se revela de maneira mais evidente. Tomando o afeto como uma relação, afetividade como relacionalidade, na cultura, como trama simbólica, teia de significados, o afeto não foi tão obscurecido nos estudos culturais como na sociologia do trabalho. Assim, o campo da Sociologia da Cultura é o campo por excelência em que se estabelece o debate sobre a subjetividade.

Em estudo anterior, nossa atenção se voltou para a obra de J. Veiga na tentativa de contribuir para o debate acerca da modernização em Goiás, ou seja, observando em que sentido a gama de significados presentes naquela obra revelavam algo sobre a rejeição e o estranhamento frente à modernidade que invadia os recônditos da vida pacata do interior, no caso, o interior goiano. Rejeição e estranhamento em si mesmos são sentimentos, afetividades. Porém, nosso esquema de análise foi o da sociologia da cultura de Mannheim (1974).

Na verdade, o que está em questão no esquema mannheimiano é a possibilidade de um conhecimento mediato, ou seja, que analisa os fenômenos da cultura em uma perspectiva relacional procurando compreendê-los em um contexto de estrutura e funções. Significa compreender toda a gama de significados, de expressões simbólicas, os sentidos inerentes ou pretendidos pelo autor, levando em conta suas relações com a estrutura social de que emanam e as funções que desempenham nessa mesma estrutura, sem determinismos de uma e outra mas, compreendendo-os em uma rede mediatizada de relações. A intenção de Mannheim (1974) em sua proposta é aproximar-se da compreensão da dinâmica da vida social pelo universo da cultura.

Para o tema da afetividade, o esquema mannheimiano não nos oferece uma aproximação capaz de evidenciar a trama dos afetos. Principalmente porque mantém a clássica dicotomia indivíduo/sociedade na qual os afetos ficaram obscurecidos por tanto tempo.

Dessa forma, faremos um exercício cognitivo, utilizando os conceitos de estabelecidos e *outsiders* de Elias (2000), na tentativa de visibilizar a trama dos afetos relacionada ao trabalho na obra veigueana, particularmente em *A hora dos ruminantes*.

Para Elias (1994) todas as relações sociais são permeadas pelos afetos. É o que ele chama de tramas afetivas. O social, assim, diz respeito às interdependências sócio-funcionais marcadas pelas interpenetrações (processo reticular), não entre pessoas, mas entre valências – relações entre fenômenos biopsíquicos que constituem os indivíduos. Na balança eu – nós (sociedade) trata-se de observar a relação entre psicogênese (ênfata o plano neural, economia pulsional) e sociogênese (ênfata o plano das motivações através das tramas). Em última instância o social é esse bifrontismo entre um ser individual e a trama. Não existe um eu que não seja simultaneamente um nós, de modo que somos sempre sínteses, tudo nos afeta. Aqui, não há separação entre o que é individual e o que é social.

O que move Elias (1993) ao estudar, por exemplo, o processo civilizador é uma economia pulsional, ou seja, um gabarito de autocontrole que define tendências comportamentais relativas a uma trama societária. A auto-denominação que os europeus começam a se dar de “civilizados”, permite observar uma economia pulsional com alto coeficiente de autocontrole e que vai compondo uma configuração.

Para uma aproximação do conceito de configuração, faz-se necessário entender a ideia de jogo em Elias (1999):

Se quatro pessoas se sentarem à volta de uma mesa e jogarem cartas, formam uma configuração. As suas ações são interdependentes. Neste caso, ainda é possível curvarmos-nos perante a tradição e falarmos do jogo como se este tivesse uma existência própria. É possível dizer: « O jogo hoje à noite está muito lento!». Porém, apesar de todas as expressões que tendem a objetivá-lo, neste caso o decurso tomado pelo jogo será obviamente o resultado das ações de um grupo e indivíduos interdependentes. Mostrámos que o decurso do jogo é relativamente autónomo de cada um dos jogadores individuais, dado que todos os jogadores têm aproximadamente a mesma força. Mas este decurso não tem substância, não tem ser, não tem uma existência independente dos jogadores, como poderia ser sugerido pelo termo «jogo». Nem o jogo é uma idéia ou um «tipo ideal», construído por um observador sociológico através da consideração do comportamento individual de cada um dos jogadores, da abstracção das características particulares que os vários jogadores têm em comum e da dedução que destas se faz de um padrão regular de comportamento individual (ELIAS, 1999, p. 141- 2).

A configuração pode ser entendida, assim, como um padrão, criado pelos jogadores. Padrão este mutável, que compreende o conjunto criado pelos jogadores através de suas mentes, suas ações nas relações com os outros. O jogo é uma combinação provisória e dinâmica das relações sociais (ELIAS, 1999).

Percebendo a literatura como um conhecimento de sintonia fina, podemos tomar o contexto da obra de Veiga como uma configuração social na qual observaremos o jogo das interdependências sócio-funcionais e o que elas revelam sobre a trama societária presente em “A hora dos ruminantes”. Para além das denominações que lhe são conferidas - romance, novela e até mesmo apólogo – esta obra conta a história de Manarairema e seus moradores que se vêm surpreendidos pela inusitada instauração de um acampamento de forasteiros que, não se sabe de onde vieram nem o que querem. Toda a rotina da cidade e dos moradores é alterada ao limite máximo da tolerância até o clímax com a invasão de “cães e bois” que denotam uma situação de total desconforto e desesperança frente a nova situação.

O primeiro contato dos invasores se dá com o padre do lugar e não em um clima de amistosidade. O segundo, e esse aqui nos interessa, pois trata-se do personagem que mais contato terá com os que vieram de lugares longínquos e que se estabelecem em Manarairema deu-se com Geminiano. Da mesma forma, revelou atitudes de desrespeito e agressividade por parte dos forasteiros, também chamados de homens da tapera. Gemi, como era chamado no lugar, alugava sua carroça com seus serviços. Era (...)“um preto risonho, manso por fora mas espinhento por dentro” (HR, p. 9) [1]. Numa de suas viagens habituais, carreando esterco para horta, Gemi é abordado por um dos forasteiros,

[...] um homem alto, queixudo, de cabelo cortado à escovinha.
[...] - Negociar a carroça caboclo? Geminiano não gostou dos modos, e para mostrar que não tinha gostado continuou viagem, sem parar nem olhar. [...] – O senhor não entendeu. Eu só quero a carroça. Não preciso de burro nem carroceiro.
[...] – Quem não entendeu foi o senhor. Quando eu alugo a carroça, alugo só o serviço. Quem manobra ela sou eu mesmo com meu burro. [...] – É, mas eu só quero a carroça. O senhor desce e leva o burro puxado. O esterco o senhor despeja aí num canto – disse o homem, já levando a mão ao arriame para desatrelar. [...] – Ora vá caçar coberta – disse Geminiano

e chicoteou o burro com raiva (HR, p.8).

Esses contatos não correspondem àquelas expectativas de hospitalidade e solidariedade comuns aos moradores de Manaraiema e aos lugares interioranos. Pelo contrário, demonstraram frieza e indiferença dos forasteiros/invasores estabelecendo expectativas negativas para com os do lugar, a partir das quais, o novo/desconhecido surge como ameaça à tranquilidade e ao cotidiano. Além disso, os contatos geram, também, discordâncias, quebrando a harmonia das relações entre os habitantes de Manaraiema. Nesse sentido, a cidade procura ignorar o acampamento e retomar a rotina, ou seja conviver com a novidade.

Assim como no estudo realizado por Elias (2000) em Winston Parva, no qual os moradores mais antigos comportam uma moral dos estabelecidos e os novos moradores é que comportam uma moral dos *outsiders*, em Manaraiema os estabelecidos são os moradores locais, posto que comportam uma moral estável, regular, enraizada. Os forasteiros são instáveis, desenraizados, portanto, *outsiders*. Elias afirma que

[...] embora possa variar muito a natureza das fontes de poder em que se fundamentam a superioridade social e o sentimento de superioridade humana do grupo estabelecido em relação ao grupo de fora, a própria figuração estabelecidos-*outsiders* mostra, em muitos contextos diferentes, características comuns e constantes (ELIAS, 2000, p. 22).

A trama das interdependências sócio-funcionais vai se compondo de modo a evidenciar uma figuração marcada por um movimento de afetação que altera a economia pulsional nos dois grupos, porém com mais ênfase naquele que aqui chamamos de estabelecidos, ou seja, os moradores da cidade.

Embora, num primeiro momento, Gemi tenha se situado num espaço de resistência frente aos invasores, *outsiders*, acaba cedendo e, passa a trabalhar com sua carroça somente para os homens da tapera. No começo, o fato não surpreende os moradores, “[...] ninguém arregalou os olhos, ninguém estranhou, ninguém duvidou” (HR, p. 14). O ofício de Geminiano era esse: alugar a carroça e seus serviços. Mas a compreensão desse fato estava para além da constatação do novo trabalho de Gemi. Novas relações de trabalho estavam surgindo, atípicas ao lugarejo. Todos sabiam que,

[...] transportar lenha, gêneros, material de construção, tudo que coubesse na carroça, até porco em pé, era o ofício de Geminiano. Aquela carroça era um utensílio público, servia a todos que tivessem paciência de esperar a vez(...)[Quando ela quebrava], muitos iam ver a carroça parada e opinar sobre a maneira mais rápida de reparar o estrago. A carroça quebrada era como uma pessoa doente (HR, p.14).

No entanto, agora, Gemi estava carreando areia para os homens da tapera e a comunidade estava perdendo seus serviços bem como a carroça, utensílio que servia a todos. O carroceiro não tinha mais tempo para o povo de Manaraiema.

[...] Um mês já naquele serviço, duas, três viagens por dia conforme o correr, e ele ainda não sabia quando ia parar. Na praia das lavadeiras já havia um buraco enorme, por ele se podia calcular quanta areia estava amontoada na tapera. [...] Mas por que estava demorando tanto? Os clientes começaram a se impacientar (HR, p.14).

A atividade produtiva exercida com liberdade e, a serviço da comunidade, é subordinada ou subjugada aos interesses dos forasteiros. A transformação altera as relações de trabalho anteriores e a própria condição do ser humano no processo de trabalho. De repente,

[...] Geminiano deu para resmungar. A princípio eram queixas imprecisas, sem alvo nem motivo determinados, que o povo

atribuía a cansaço ou desinteresse por um serviço que não variava e que parecia não ter fim. Até o Serrote [cavalo] andava desespírito nos varais, a cabeça baixa, num conformismo inconformado, parece que procurando no chão a justificativa para aquele trabalho absurdo, idiota. O próprio Geminiano, antes tão confiante e desempenado, não deixando passar oportunidade de mostrar os dentes brancos, como a dizer a êsmo que é bom ser proprietário, agora era aquilo – um homem desmanchado na boleia, os ombros despencados, os olhos fixos nas ancas cada vez mais magras do Serrote, despreocupado das rédeas e do caminho. Quando cruzava com alguém na rua ou na estrada Geminiano levantava a mão num cumprimento mecânico que não chegava à aba do chapéu. Quando alguém o saudava, ele não ouvia da primeira vez, ou ouvia atrasado (HR, p.28-29).

Podemos perceber a produção de afetividades, mediadas pelo trabalho, nas interações entre estabelecidos (moradores de Manaraima) e *outsiders* (forasteiros), tais como o sofrimento, a apatia, o medo. Se pensássemos num contexto de regulação como o que se constitui na contemporaneidade, poderíamos identificar o sofrimento porque passa Gemi, o personagem, com o tema do assédio moral.

Percebemos, também, o espaço da resistência frente a essas novas relações de trabalho que estão se delineando em Manaraima e de certa forma, impostas pelo grupo *outsiders*. Manuel Florêncio, carpinteiro, morador da cidade e, portanto, do grupo dos estabelecidos, quando tem seus serviços solicitados reage tenazmente à possibilidade de se ver “amarrado” aos forasteiros. O portador da ordem é Gemi e a forma impositiva com que trata o assunto é o primeiro entrave para o carpinteiro:

[...] - Está vendo essas tábuas velhas[carroça]? O senhor vai mudar todas elas. Manuel não gostou da maneira impositiva. Hábito de lidar com os homens da tapera? Alto lá! – Ah, não posso, Gemi. Estou cheio de serviço. Não tenho tempo para pegar remendo. [...] – Não brinque com assunto sério, seu Manuel. A carroça não é mais minha. É deles. Eles mandaram consertar(...)eu não posso chegar lá e dizer que o senhor não vai fazer o serviço. Isso não casa com o sistema deles. – Isso de sistema cada um tem o seu, Gemi. Se o deles é esse que você está dizendo, o meu é aquele que eu já disse. Agora, com sua licença, eu vou entrar. Tenho serviço esperando (HR, p.42-43).

Assim como Gemi, Manuel Florêncio era dono dos seus meios de produção e se orgulhava da independência do seu trabalho. Trabalhava para quem quisesse e quando bem lhe aprouvesse. Alertado por Gemi sobre os invasores ele reage,

[...] - Aquela gente... o senhor não sabe quem é. Não queira cair na bigorna deles. [assédio moral] [...] – Agradeço o aviso, mas gosto de matar minhas cobras eu mesmo. Está vendo minhas ferramentas aí na parede? Estão compradas e pagas, e só trabalham em serviço que eu escolho. Esse é o meu sistema. Remendo de carroça não faço nem vivo nem morto. (...)Manuel pensou no Geminiano antigo tão senhor de si, correto, respeitador dos direitos alheios. Que força teria conseguido transformar aquele homem inteiriço nesse inútil feixe de medos? Grifo nosso (HR, p.43-44).

Mas, num processo que é movido por esse conflito entre subordinação e resistência, Manuel Florêncio é apenas mais um a ser absorvido pelas novas formas de sociação que estavam transformando Manaraima. Observando a paisagem à sua volta Manuel (...)” sentiu que não estava vendo o largo familiar mas um trecho de outra cidade, remota, inóspita, maligna” (HR, p.44).

Por fim, acaba por resignar-se (...)”- Eu resolvi consertar a carroça”(HR, p.48). Daí para adiante, Manuel segue a mesma rotina de Gemi, trabalhando exclusivamente para os homens da tapera.

Embora *outsiders*, os homens da tapera exercem um poder sobre os estabelecidos o que não acontece no estudo de Winston Parva feito por Elias.

Neste, os estabelecidos se autodenominam melhores, superiores aos *outsiders*, de modo que esses passam a incorporar atitudes de inferioridade, ou seja, um estigma. Em Manarairrema o jogo de poder se acentua pelo desconhecimento de quem são os forasteiros, do que vieram fazer ali, do que pretendem. Essa indefinição não comporta nos estabelecidos uma atitude estigmatizadora, mas de submissão.

A figuração estabelecidos-outsiders de Elias (2000) revela a gama de afetividades envolvidas naquela trama societária de Manarairrema, mediada pelos processos de trabalho. Assim, a insegurança, o medo, a apatia, a desesperança frente às novas condições que vão se compondo a partir da chegada dos forasteiros nos permite pensar, por exemplo, os sentimentos no mundo do trabalho na atualidade e sobre como a subjetividade do trabalhador tem sido cooptada cada vez mais nesses processos.

Depois de toda a opressão/dominação imposta pelos forasteiros – os *outsiders* - sobre os moradores de Manarairrema, no caso, os estabelecidos, aqueles deixam a cidade de assalto, sem aviso nem comunicação. Simplesmente desaparecem. Porém, na balança eu-nós, os estabelecidos são totalmente afetados pelas interações com os *outsiders*. De modo que o destino daqueles se torna nebuloso e movediço. Porém, os manarairremenses “sofreram a noite” (assim mesmo, sem crise) de Manarairrema, todos os perigos, os medos, as angústias, a escuridade. Poderiam, agora, amanhecer com ela. Vislumbrar suas possibilidades, o sol que aponta no horizonte, o tempo que se renova, “as horas [que] voltavam, todas elas, as boas, as más, como deve ser”(HR, p.102).

Enfim, queremos destacar José J. Veiga e sua obra, pois percebemos que o reconhecimento que lhe é devido, entre os grandes literatos de seu tempo, ainda não se manifestou como deveria. O reconhecimento de uma linguagem que nos impulsiona para uma percepção da realidade que está para além daquele encanto que nos entorpece e paralisa, mas que nos revigora e anima. Uma linguagem que nos transporta para além dos limites do cotidiano, mas também do racionalizante e do cientificista. Uma linguagem fruto de uma capacidade criativa incomum e inovadora que nos leva, junto com ele, a sermos plasmadores de novas formas, de novas realidades.

Notas

[1] Usaremos HR para “A hora dos ruminantes” referindo-nos à obra de José J. Veiga.

Referências

ABRAMO, Laís. **Os desafios atuais da sociologia do trabalho na América Latina**. Disponível em bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cyg/.../abramo.rtf 1999. Acesso em 13 de agosto de 2010.

BATISTA, Analía S. **Trabalho e afetividade: mulheres cuidadoras de pessoas idosas institucionalizadas - razão e sensibilidade no trabalho de cuidado**. Disponível em http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/15_6_2009_22_26_29._ANALIA.pdf, acesso em 20 de setembro de 2010.

COHN, Sérgio. Entrevista José J. Veiga. Disponível em: <http://www.weblivros.com.br> acesso em maio de 2003.

COMITTI, Leopoldo. **Objetos Turbulentos, contos turbulentos**: J.J. Veiga retorna ao conto. Ouro Preto, 1998. Disponível em: <http://www.weblivros.com.br>. acesso em maio de 2003.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. **Introdução à sociologia**. Lisboa, Edições 70, 1999.

_____. **Estabelecidos e outsiders**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

LÁBOISSIÈRE, Maria Luiza. **A transfiguração da realidade**. Goiânia, Secretaria da Cultura de Goiás, 1989.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da Cultura**. São Paulo, Perspectiva/Universidade de São Paulo, 1974.

POTENCIANO, Agostinho de Souza. **Um olhar crítico sobre o nosso tempo: uma leitura da obra de José J. Veiga**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

SILVA, J. Maria. Entrevista com José J. Veiga. Disponível em:<<http://www.jornalopção.com.br>>
Acesso em junho de 2003.

VEIGA, José J. **A hora dos ruminantes**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1994.

Recebido em 30 de setembro de 2018.

Aceito em 20 de janeiro de 2019.